



Três teorias para uma crise



**José Miguel
Pinto dos
Santos**

Professor de
Finanças, AESE

Três simples teorias económicas explicam toda a crise. E mostram quais os meios para dela sair. Uma é que, quanto maior a riqueza de uma família, maior terão de ser os salários pagos aos seus membros para que eles continuem a trabalhar. Outra é que a riqueza das famílias tem duas componentes: uma privada, a sua casa, carro e dinheiro, e outra pública, provida pelo Estado, estradas, escolas, Justiça, e pensões. Outra ainda é que, se os ganhos de produtividade na economia não crescerem à mesma taxa com que a riqueza das famílias cresce, o número de postos de trabalho aceitáveis pela população diminui.

Nos últimos vinte anos o Estado tem seguido, muito benemeritamente, políticas económicas e sociais que têm feito crescer a parte pública da riqueza das famílias portuguesas. Tem feito isso não só através de obras públicas mas também através da provisão cada vez mais generosa de serviços, como segurança pública e Saúde, e de transferências, como pensões e rendimentos mínimos garantidos.

Isto resultou numa transferência de riqueza do Estado para as famílias. E a consequência do aumento de riqueza das famílias foram duas: o crescimento do consumo privado e, dado que o crescimento da produtividade tem sido próximo de nulo, a saída de empregos remunerados por número considerável de trabalhadores mais velhos, e a recusa de aceitar emprego não “compatível” pelos mais novos.

A provisão de estradas, serviços de Saúde e pensões podia ter sido financiada por impostos mais elevados. Tal teria evitado o ‘deficit’ público crónico e a consequente enorme dívida pública. Teria evitado também que o crescimento da riqueza privada tivesse sido tão acentuado, com as consequências nefastas para a balança de pagamentos e vontade de aceitar trabalho por parte das famílias.

Assim a saída da crise passa necessariamente por uma combinação de duas políticas. Uma será uma subida permanente de impostos, que reduzirá a parte privada da riqueza das famílias, reduzirá o seu consumo, melhorará a balança de pagamentos e reduzirá o ‘deficit’ público. Outra será a diminuição da despesa pública, com menos investimento público, menos serviços públicos e menos transferências, que reduzirá a parte pública da riqueza das famílias e diminuirá o ‘deficit’. Qual porá os portugueses a trabalhar mais? Certamente que a segunda. Mas a escolha pertence ao Governo e a quem o elege. ■